

Mais dois votam pela absolvição de Moro no TRE

Placar do julgamento que pode resultar na cassação do mandato do senador está em 3 a 1 a favor do parlamentar

LUÍSA MARZULLO
luisa.marzullo@globo.com.br

Com o placar de três votos a um favorável ao senador Sérgio Moro (União Brasil), o julgamento que pode causar a cassação do parlamentar será retomado hoje no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Ontem, dois desembargadores acompanharam o posicionamento do relator, Luciano Carrasco Falavinha, pela inocência do ex-juiz federal, que foi acusado de abuso de poder econômico nas eleições de 2022. A sessão foi suspensa por um pedido de vista do desembargador Julio Jacob Junior.

A primeira a votar contra a cassação foi a desembargadora Claudia Cristina Cristofani. Guilherme Frederico Fernandes Denz adiantou seu voto após o pedido de vista. Ainda falta a manifestação de três desembargadores.

Denz acompanhou a maior

parte do voto do relator, embora tenha levado em consideração os gastos realizados por Moro no Paraná durante a pré-campanha, o que não foi feito por Falavinha.

— Eu também concluí que não houve abuso de poder econômico (...). As provas apresentadas foram muito frágeis — disse Denz.

Já Claudia Cristina Cristofani defendeu, em sua sustentação, que as acusações de abuso de poder econômico devem ser feitas de forma comparativa.

Foram definidas duas premissas pelo TSE sobre o abuso de poder econômico na pré-campanha: em casos acima da média dos demais candidatos e que esse gasto excessivo deve ser grave quantitativa e qualitativamente — afirmou.

Segundo a magistrada, não é possível saber se Moro gastou acima da média, visto que os partidos não apresentaram os valores dos demais candidatos, afirmando a falta



Retina. Moro caminha em direção ao plenário do Senado: senador é julgado por suposto abuso de poder econômico

O JULGAMENTO EM QUATRO SESSÕES

Voto do relator

Na primeira sessão em 1º de abril, o relator, Luciano Carrasco Falavinha, votou pela absolvição de Moro. Ele entendeu que não houve abuso de poder econômico nos gastos de pré-campanha do ex-juiz, como apontaram PL e PT, autores das ações que pedem a cassação do mandato, assim como o Ministério Público Eleitoral.

Abertura de divergência

No dia 3 de abril, segunda sessão do

Julgamento, o desembargador José Rodrigo Sade abriu divergência do relator e votou pela cassação da chapa de Moro e pela sua inelegibilidade por oito anos a contar de 2022. Sade avaliou que houve desequilíbrio financeiro, já que a campanha de Moro ao Senado teria se beneficiado da pré-campanha à Presidência. O julgamento foi suspenso por pedido de vista.

Placar atualizado

Os desembargadores Claudia Cristina Cristofani e Guilherme

Frederico Fernandes Denz, antecipando seu posicionamento, votaram pela absolvição de Moro antes de o julgamento ser novamente suspenso, dessa vez, por um pedido de vista do desembargador Julio Jacob Junior.

Faltam três

O julgamento, com placar de 3 a 1 favorável a Moro, será retomado hoje. Faltam votar Julio Jacob Junior, Anderson Ricardo Fogaça e o presidente da Corte, Sigurd Roberto Berghsson.

provas para sustentar as acusações feitas pelos partidos PT e PL, autores das ações que acusam Moro e pedem sua cassação. Os partidos avaliam que a campanha de Moro ao Senado se beneficiou da pré-campanha à Presidência, quando ele ainda não tinha trocado o Podemos pelo União Brasil.

Até o momento, apenas o desembargador José Rodrigo Sade abriu divergência do relator e votou pela condenação de Moro. Para apontar que houve abuso de poder econômico, Sade lista premissas como gastos na pré-campanha acima do teto permitido e comparação financeira com os demais candidatos. O desembargador considera que Moro gastou cerca de R\$ 2 milhões durante a campanha, valor apontado pelo Ministério Público. Já Falavinha, usando outros parâmetros, calcula um gasto de aproximadamente R\$ 225 mil.

RECURSO À 1ª INSTÂNCIA

Sade citou que a "magnitude" dos gastos de pré-campanha não seriam compatíveis com o período eleitoral, proporcionando um evidente desequilíbrio na disputa. Segundo o magistrado, o montante destinado para a segurança de Moro, viagens e contratação de empresas proporcionou desigualdade.

— Não se trata aqui de garantir os autos em busca do valor exato investido na pré-campanha, mas de pontuar que houve excessos, de forma clara, comprovada, continuamos.

Independentemente do resultado do julgamento no TRE do Paraná, as partes podem recorrer à primeira instância.

Bolsonaro será cabo eleitoral do irmão de Gilmar em MT

Ex-presidente viaja a Diamantino, onde Chico Mendes disputará prefeitura, e não esconde que quer fazer um aceno ao magistrado

O ex-presidente Jair Bolsonaro planeja um gesto direto ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de uma agenda em Curitiba, ele viajará ontem para Diamantino, a 180 quilômetros da capital de Mato Grosso, para se reunir com Francisco Mendes, irmão do decano da Corte. A informação é da coluna do GLOBO Bela Megale.

Ex-prefeito da cidade há

destacado a aliados que o vice na chapa de Francisco Mendes será do PL, seu partido. Bolsonaro também não esconde que busca fazer um aceno ao magistrado, que assim como seus irmãos, é nascido em Diamantino.

COMUNICADO PRÉVIO

De acordo com o blog da colunista, Chico Mendes chegou a comunicar o irmão, há alguns dias, que a agenda com Bolsonaro estava sendo articulada. Pessoas ligadas a Gilmar avaliam que, com o gesto, o ex-presidente mostra que não tem receio de ter o nome vinculado ao decano, apesar dos embates que tem com ou-

tros membros da Corte.

Gilmar não se opôs à decisão de Francisco Mendes de voltar à política, mas tem deixado claro que não se envolverá no pleito. No passado, quando ainda não era membro do Supremo, Gilmar chegou a ajudar nas campanhas do irmão caçula, que exerceu o primeiro mandato de 2001 a 2004, e o segundo de 2005 a 2008 na cidade que tem pouco mais de 22 mil habitantes.

A despeito do aceno, Gilmar não tem pouso para críticas ao ex-presidente. O magistrado já disse, logo após os ataques às instituições em 8 de janeiro de 2023, que o país



Aliança. Bolsonaro com Chico Mendes (União), em 2023: vice-deputado do PL

"estava sendo governado por uma gente do porão", que exercia influência sobre "zumbis consumidores de desinformação". Recentemente, após discurso do ex-presidente em manifestação de apoiadores na Avenida Paulista, o decano afirmou ao jornal "O Estado de São Paulo" que as declarações sobre a minuta que supostamente decretaria um golpe de Estado no Brasil em 2022 pareciam uma confusão de quem teria conhecimento da existência do documento.

— O que é golpe? É tanque na rua, é arma, conspiração. Nada disso foi feito no Brasil. Agora o golpe é porque tem uma minuta do decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição? Tenha paciência — disse o ex-presidente sobre o documento encontrado pela PF ao negar a tentativa de ruptura institucional.

Zanin manda investigar Quaquá por tapa em outro deputado

Petista agrediu o bolsonarista Messias Donato no plenário da Câmara

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem abertura de inquérito para investigar a agressão do deputado federal Washington Quaquá (PT-RI) ao colega Messias Donato (Republicanos-ES) no plenário da Câmara.

A agressão ocorreu em dezembro do ano passado, durante sessão de promulgação da Reforma Tri-

butária. Quaquá estava fazendo uma filmagem no plenário, onde estava o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Deputados da base e da oposição duellavam aos gritos a favor e contra o governo.

OFENSA HOMOFÓBICA

Quaquá e Donato começaram a discutir, e o petista deu um tapa no colega. No meio da confusão, Quaquá teve o braço puxado e soltu-

uma ofensa homofóbica contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que havia entrado no tumulto.

De acordo com Zanin, a abertura do inquérito é necessária para colher informações sobre as circunstâncias da agressão.

"As diligências requeridas para elucidar as condutas descritas no pedido de instauração do caderno investigatório, motivo



Rompente. Quaquá no momento em que partiu para cima de Donato

pelo qual devem ser definidas de imediato", escreveu o ministro.

Depois dessa etapa, se entender que há elementos para Quaquá se tornar réu, a Procuradoria-Geral

da República deve apresentar uma denúncia ao Supremo.

Na ocasião, Quaquá disse que Donato "proferia ofensas contra o presidente da República quan-

do liguei a câmera do celular com a intenção de produzir prova para um processo. Fui então empurrado, e tive o braço segurado para evitar a filmagem. Nunca utilizei a violência como método, mas não tolero agressões verbais ou físicas da ultradireita, e sempre reagirei para me defender. Bateu, levou".

Donato respondeu que colocou a mão para Quaquá "parar de proferir palavras de baixo calão" e foi surpreendido com o tapa: "Confesso que tenho medo. Além das agressões físicas, um tapa, da agressão psicológica, não sei de onde pode vir esse deputado. Eu confesso que estou muito abalado psicologicamente". (Com g1)